

CARTA ROGATÓRIA Nº 15.067 - LU (2019/0346233-8)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
JUSROGANTE : TRIBUNAL DE PRIMEIRA INSTANCIA DE LUXEMBURGO
INTERES. : A N R
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - CURADOR ESPECIAL
PARTE : A P B A R
A.CENTRAL : MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

DECISÃO

Trata-se de carta rogatória por meio da qual a Justiça de Luxemburgo solicita que se proceda à intimação de A. N. R. de sentença de divórcio.

A intimação prévia foi recebida por terceiro, conforme o documento postal de fls. 66-67. Transcorreu *in albis* o prazo para apresentar impugnação (fl. 68).

A Defensoria Pública da União, na qualidade de curadora especial, pugnou pela intimação pessoal do interessado e não se opôs à concessão do *exequatur* (fls. 70-71).

O Ministério Público Federal opinou pela concessão da ordem (fl. 73).

É o relatório. Decido.

Segundo dispõe o art. 247, I, do CPC, tratando-se de ações de estado da pessoa, é de rigor o cumprimento da comissão por intermédio de oficial de justiça.

Desse modo, o objeto da presente carta rogatória não atenta contra a soberania nacional, a dignidade da pessoa humana e/ou a ordem pública, razão pela qual, com fundamento no art. 216-O, c/c o 216-P do RISTJ, **concedo o *exequatur***.

Assim, **remeta-se a comissão à Justiça Federal, à Seção Judiciária do Estado da Bahia, para as providências cabíveis.**

Cumpra-se a diligência em 60 dias.

Após, devolvam-se os autos ao STJ para que sejam enviados ao país de origem por meio da autoridade central competente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente